

Qualidade de vida de detentos(as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”

*Quality of life of detainees of the
"First LGBT Ward of Brazil"*

Cicero Pereira Eustaquio Junior

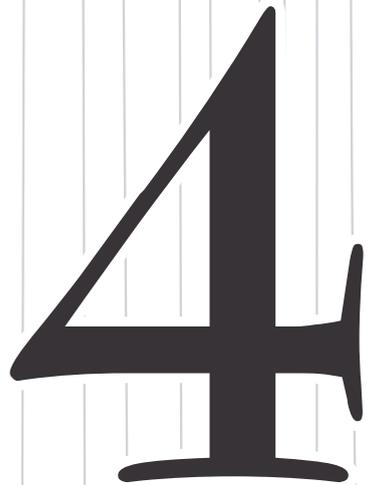
*Graduado em Terapia Ocupacional pela UFPB
cpejr@hotmail.com*

Marília Meyer Bregalda

*Mestre em Terapia Ocupacional pela UFSCar
marimeyer@hotmail.com*

Bianca Rodrigues da Silva

*Graduanda em Ciências Sociais pela UFPB
bia_ncar@hotmail.com*



Resumo

Este artigo objetiva destacar aspectos positivos e negativos trazidos à população carcerária da Ala LGBT após sua implantação na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega (Roger), na cidade de João Pessoa-PB. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas travestis e um homossexual e aplicado o instrumento de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde em versão abreviada, o WHOQOL-bref, com uma transexual, quatro travestis e dois homossexuais. Concluiu-se que, embora o resultado do questionário tenha expressado valor mais negativo, em suas falas, os sujeitos apontam-nos melhorias importantes para as condições de vida da população LGBT em privação de liberdade nessa instituição.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Qualidade de vida. População LGBT.

Abstract

The article aims to highlight positive and negative aspects brought to the prison population in LGBT ward after its implementation in penitentiary Desembargador Flósculo da Nóbrega (Roger) in the city of João Pessoa-PB. Semi-structured interviews were conducted with two transvestites and one gay and applied the quality of life instrument of the World Health Organisation in abbreviated version, the WHOQOL-BREF, with one transsexual, four transvestites and two homosexuals. It was concluded that although the survey result has expressed more negative aspects, in their speeches, the subjects pointed us important improvements to the living conditions of LGBT people in prison settings in this institution.

Keywords: Penitentiary System. Quality of life. LGBT population.

Introdução

A Ala específica para gays, travestis e transexuais da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, em João Pessoa-PB, foi a primeira do país, sendo sugerida a partir da iniciativa de movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) do município, principalmente o Movimento do Espírito Lilás, e criada pelo Secretário de Assuntos Penitenciários da época, Walber Virgulino. A Ala LGBT foi instalada em setembro de 2013 com a finalidade de preservar a integridade física e psicológica de LGBT dentro da penitenciária, onde já existiam relatos de abusos sexuais e agressões aos indivíduos (BRASIL, 2014b; A LIGA GAY, 2013). Meses depois, constituiu-se a Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, que regulamenta em lei a criação dessas Alas nos presídios do país (BRASIL, 2014a).

Este trabalho, objetivando identificar aspectos referentes à qualidade de vida da população residente na Ala LGBT na referida penitenciária, buscou comparar as condições de vida antes e depois da implantação da Ala LGBT; investigar se a instituição desenvolvia atividades visando à ressocialização e quais eram elas; e compreender a relação dos demais detentos com a população LGBT dentro do presídio.

Dessa forma, a pesquisa ocorreu de junho a outubro de 2014 e teve como instrumentos o WHOQOL-bref – um questionário sobre qualidade de vida – e entrevistas semiestruturadas baseadas no questionário.

Sistema penitenciário e a população LGBT em cárcere

A precariedade do sistema penitenciário brasileiro vem aumentando cada vez mais, sendo um dos maiores problemas a superlotação nas celas. Segundo relatoria do Ministério Público, no ano de 2013, o Brasil apresentava um quadro de capacidade para 302.422 presos, com um número de 448.969 presos inseridos no sistema carcerário. Na região Nordeste, a quantidade de indivíduos presos chega a quase 50% a mais do que a capacidade prevista das prisões (BRASIL, 2013a).

Até dezembro de 2012, segundo dados do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN), no estado da Paraíba, os presídios masculinos apresentavam capacidade total de 5.208 indivíduos, contando com uma quantidade de 8.149 detentos. Em fevereiro de 2013, foram divulgadas em relatório do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CNDH) à Penitenciária

Desembargador Flósculo da Nóbrega (Presídio do Roger) as condições em que viviam os detentos, destacando-se questões relacionadas ao ambiente e às instalações elétrica e hídrica precárias, dentre outras. Nesse período, a penitenciária dispunha de 480 vagas para uma população de quase 1.110 presos.

Em relatório ao Ministério Público, constatou-se que, nessa instituição, detentos revezavam os horários de dormir e sequer podiam sentar, pois a cela não tinha espaço suficiente para todos sentarem ao mesmo tempo (BRASIL, 2013b).

A grave situação em que se encontram as pessoas privadas de liberdade, refletida, dentre outros fatores, nas práticas de violência, na precariedade de espaço físico e na carência do atendimento à saúde, é uma realidade que não se pode negar. Embora existam inúmeros tratados internacionais que definem normas e orientações para uma melhor implementação das unidades penitenciárias de todo o mundo, observa-se que estas não vêm sendo seguidas (BRASIL, 2004).

Com esses dados, já podemos destacar que as más condições de moradia devem repercutir na qualidade de vida, fazendo com que o indivíduo seja privado da liberdade e também dos direitos humanos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), define-se qualidade de vida (QDV) “como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1995 *apud* FLECK, 2000, p. 34).

A qualidade de vida dos sujeitos detentos apresenta importantes fragilidades, fazendo-se necessária pelo menos a possibilidade de um arranjo que permita que o indivíduo tenha condições de sentir-se bem (HUBERT, 1997 *apud* MINAYO, 2000). Assim, com a situação das penitenciárias brasileiras, isso se torna praticamente impossível, já que a superlotação, por exemplo, não permite sequer o sono e o descanso do detento.

No que diz respeito às condições de vida de gays, travestis e transexuais em situação de privação de liberdade, a Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, que estabelece critérios para o acolhimento de LGBT no sistema penitenciário brasileiro, preconiza que eles tenham direito a local de convivência específico, levando em consideração a sua segurança e especial vulnerabilidade, e que o uso de roupas masculinas ou femininas seja facultativo para pessoas transexuais (BRASIL, 2014a).

A violência contra homossexuais, travestis e transexuais é recorrente na literatura que aborda esse eixo temático. Segundo Paulino *et al.* (2012), surge uma preocupação com o bem-estar físico, psíquico e sexual desses indivíduos após sua inserção no sistema carcerário. Nessa perspectiva, percebe-se que “estar preso em um ambiente exclusivamente masculino onde a violência é acentuada e ainda assim buscar sua constituição como sujeito e sua relação com o corpo é o desafio que marca o rosto de cada uma das travestis, gays e companheiros” (GUADAGNIN, 2013, p. 5).

Esses indivíduos, além de terem perdido o direito à liberdade, perderam outros direitos fundamentais, sem oportunidades de vivenciar um processo de ressocialização, como prevê a Lei de Execução Penal (LEP) em seu Art. 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984).

A prisão, portanto, consegue reproduzir o modelo de exclusão e violência que perpassam a vida das travestis, tomando como referência a precariedade das condições proporcionadas pelo aprisionamento e as violências que sofrem dentro desta instituição (muitas vezes as travestis têm seus cabelos raspados, são obrigadas a vestirem uniformes etc.) (SILVA; COSTA; FREITAS, 2014, p. 12).

Em reportagem realizada pela Globo News, foram mostradas as condições em que vivem as travestis e gays na Penitenciária do Roger e alguns relatos expuseram que as travestis são obrigadas a limpar a cela e lavar as roupas dos outros detentos, pois são a figura feminina dentro do presídio (GLOBO NEWS, 2013).

Muitos são os danos causados a essa população dentro e fora dos muros dessas instituições. Ao mesmo tempo em que as travestis têm alguns direitos garantidos, outros lhes são tirados, passando de excluídas a mais excluídas, segregadas do meio social, fazendo com que fiquem duplamente reclusas da sociedade (SILVA; COSTA; FREITAS, 2014).

Sexo, gênero e sexualidade

A fim de compreender a população que compõe e possibilita este trabalho, faz-se necessário um breve percurso sobre algumas categorias que os perpassam e os constituem enquanto sujeitos.

Neste estudo, o gênero e a identidade de gênero são entendidos enquanto construções socioculturais, podendo, assim, ser distintos e não estarem necessariamente ligados ao sexo biológico, como defende Stoller (1964), ao afirmar que identidade de gênero é “a sensação ou o sentimento interno de quem o indivíduo pensa que é, de que ele pertence ao gênero feminino ou masculino” (STOLLER, 1964 *apud* COSTA, 1994, p. 11), ou seja, é como ele se reconhece e não necessariamente como o seu sexo biológico pode indicar.

No que diz respeito à distinção entre identidade de gênero e sexualidade,

[...] embora não haja, necessariamente, uma rígida separação, considerando que a sexualidade diz respeito às palavras, às imagens, ao ritual, à fantasia, ao corpo bem como de que modo os sujeitos vivem com os seus desejos e prazeres corporais. Suas identidades sexuais se constituíram através das formas como vivem com a sua sexualidade, ao mesmo tempo em que se identificam como masculino ou feminino e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 1997, p. 26).

A orientação sexual, por sua vez, é compreendida como a capacidade de cada pessoa de sentir atração afetiva e/ou sexual por indivíduos que diferem do seu gênero, que possuem o mesmo gênero que o seu ou ainda que possuam mais de um gênero, de forma a estabelecer relações íntimas e sexuais com essas pessoas, como afirma Torres (2011, p. 24).

No entanto, a sociedade moderna ainda se apropria da sexualidade como forma de controle e regulação social e estabelece como sequência natural e lógica a sentença sexo-gênero-sexualidade, em que o corpo (sexo), macho e fêmea, determina o gênero, masculino ou feminino, e uma forma de desejo especificamente dirigida ao sexo oposto, de modo a instituir e manter o modelo heteronormativo como hegemônico (LOURO, 2013).

Contudo, existem corpos que transgridem essa lógica, como expõe Silveira (2006, p. 34): “existem situações em que se rompe com o que está posto e se estabelece uma inadequação da identidade de gênero ao corpo biológico de nascimento”. Ou ainda, “mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles que rompem as regras e transgridem os arranjos” (LOURO, 2013, p. 16).

Esse é o caso da população que constitui esta pesquisa – travestis, transexuais e homossexuais –, desviantes que não somente transgrediram a lógica sexo-gênero-sexualidade, mas também as regras sociais, ao se tornarem praticantes de crime. Neste estudo, entende-se por travestis “pessoas que foram assignadas como nascidas do sexo masculino e que constroem o que consideram feminino em seus corpos” (BARBOSA, 2010, p. 5).

Ainda caracterizando a população pesquisada, é possível trazer Carvalho *et al.* (2009) para contribuir com a definição de transexual e gay, entendendo transexual como pessoa que não experimenta concordância entre sexo biológico e identidade de gênero, segundo a norma macho-masculino e fêmea-feminina, buscando dessa forma modificações no nome, na expressão corporal e na anatomia (optando por fazer cirurgia ou não). Ao se referir a transexual, aborda-se a identidade de gênero, assim, um transexual (masculino ou feminino) pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual, termos que designam a sua orientação sexual. Por gay, compreendem-se pessoas que entendem seu corpo como adequado e desejam sexualmente pessoas do mesmo sexo, ou seja, são homens de orientação sexual homossexual ou, ainda, homens que se relacionam sexual ou afetivo-sexualmente com outros homens (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009).

Assim, é possível afirmar que, ao se tratar de sexualidade, é necessário pensar no plural, compreender as possíveis e múltiplas formas de se relacionar sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, não se limitando ao sexo biológico como fator determinante.

Procedimentos metodológicos

Campo e sujeitos da pesquisa

O presente estudo foi desenvolvido na Ala LGBT da Penitenciária Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecida como “Presídio do Roger” – nome dado devido à localização da penitenciária no bairro do Roger, na cidade de João Pessoa-PB.

Sendo a primeira no Brasil, a direção do presídio ressalta o pioneirismo dessa Ala como motivo de orgulho, destacando um avanço para o sistema penitenciário paraibano. A Ala contém uma placa com os dizeres “Primeira Ala LGBT da Paraíba”, vindo daí o nome em destaque no título do presente artigo.

O questionário de qualidade de vida, WHOQOL-bref, foi aplicado com sete dos oito indivíduos da Ala, pois um não quis participar da pesquisa. Já os

entrevistados foram três (um indivíduo homossexual e duas travestis), tendo em vista que no momento da pesquisa quatro pessoas haviam tido passagem por algum presídio e residido junto com os demais detentos fora de uma Ala específica para a população LGBT, mas somente três deles tinham compatibilidade com os critérios de inclusão para a entrevista, pois haviam residido por período superior ou igual a duas semanas em uma Ala comum.

Os sujeitos participantes da pesquisa tinham em média 23 anos de idade. Quatro se autodenominavam travestis, dois, homossexuais e uma, transexual, os quais foram identificados no presente texto através das letras X, Y, Z e W, preservando suas identidades.

Abordagens metodológicas da pesquisa

Esta pesquisa é de caráter exploratório e descritivo. Pesquisas do tipo exploratório têm como finalidade o esclarecimento e o desenvolvimento de conceitos e ideias, sendo bastante usadas em temas pouco estudados, levantando hipóteses e questionamentos a serem pesquisados futuramente. As pesquisas descritivas objetivam descrever as características ou fenômenos e como se estabelece a relação entre essas variáveis em uma população determinada (GIL, 2008).

A pesquisa apresenta também natureza qualitativa, na medida em que busca compreender como os(as) participantes do estudo constroem o mundo à sua volta, o que fazem e o que lhes acontece em termos que tenham sentido, podendo oferecer uma visão rica de suas vivências após a criação da Ala LGBT. Nesse tipo de abordagem, as interações são tidas como formas de constituição de processos e artefatos sociais (GIBSS, 2009).

Instrumentos de coleta de dados

Para o presente estudo, foram utilizados, para a coleta de dados, a versão em português do Instrumento de Qualidade de Vida, intitulado WHOQOL-Bref, entrevistas semiestruturadas e o diário de campo.

O WHOQOL-Bref foi criado pelo Grupo de Qualidade de Vida da OMS a partir do WHOQOL-100, contendo 26 questões, sendo duas gerais, sobre qualidade de vida e saúde, e 24 distribuídas entre quatro domínios – físico, psicológico, relações pessoais e meio ambiente (PEDROSO *et al.*, 2010).

A entrevista semiestruturada é formulada a partir de questionamentos que a norteiam, deixando o entrevistado livre para discursar sobre os pontos

abordados (MINAYO *et al.*, 1994). Acredita-se haver maior probabilidade de expressão dos pontos de vista dos sujeitos entrevistados em situações de entrevistas com um planejamento aberto, como ocorre nas semiestruturadas, em detrimento das padronizadas (FLICK, 2009).

Dessa forma, a entrevista foi elaborada levando em consideração os quatro domínios abordados do WHOQOL-bref, com o intuito de investigar questões referentes à qualidade de vida e aos episódios cotidianos dos indivíduos dentro do sistema carcerário antes da criação da Ala LGBT e suas respectivas mudanças após a implantação desse novo sistema.

O diário de campo também foi uma ferramenta adotada para a coleta de dados, buscando enriquecer o trabalho com detalhes acerca da observação de campo. Para Weber (2009), ele consiste em um instrumento produzido a cada dia de forma a detalhar o comportamento e as singularidades culturais de um grupo. Foi através dele que o dia a dia da pesquisa foi documentado, contendo aspectos de diversas partes da pesquisa, dentro e fora da Ala LGBT.

Análise de dados

Os dados do WHOQOL-bref foram tratados mediante a planilha do Excel (2010), sendo analisados os quatro domínios – físico, psicológico, relações pessoais e meio ambiente – e, de forma individualizada, cada questão foi relacionada com o conteúdo das entrevistas, incluindo a questão sobre qualidade de vida em geral e a questão sobre saúde em geral como categorias separadas dos demais domínios.

Para analisar os quatro domínios, foi realizada a inversão na escala de respostas das questões 3, 4 e 26, assim como propuseram Pedroso *et al.* (2010), para que não houvesse discordância, sendo que, devido à variedade de nomenclatura dentro de cada domínio, os autores do presente estudo utilizaram-se da seguinte forma: respostas de numeração 1 e 2 foram convertidas em “negativo”, as de número 3, em “mais ou menos” e as de número 4 e 5, em “positivo”; desse modo, todas as respostas ficaram compatíveis, independentemente do domínio, podendo, assim, ser melhor comparadas. Já para a análise individual de cada questão, não se fez necessária a inversão da escala, permanecendo coerente o resultado dos domínios e das questões individuais.

Para as entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que, segundo Minayo (2002), pode encontrar respostas para questões já elaboradas, objetivando confirmar ou não hipóteses levantadas antes do início

da investigação do trabalho. Foram seguidas suas três fases, em que a primeira, a pré-análise, consiste na leitura e na organização do material com foco nos objetivos e questionamentos da pesquisa, criando categorias obtidas através da decomposição do conteúdo. A segunda envolve investigação sistematizada de acordo com o que ficou definido na fase anterior, enquanto que a terceira abrange o tratamento e a interpretação dos dados obtidos (MINAYO, 2002).

Os conteúdos das entrevistas foram divididos em cinco categorias: qualidade de vida em geral, saúde em geral, domínio físico, domínio psicológico, domínio das relações pessoais e domínio do meio ambiente.

Resultados e discussão

Os dados dos questionários foram apresentados juntamente com os das entrevistas e as percepções/observações, coletadas no diário de campo, à luz de referenciais teóricos que abordam as temáticas do presente trabalho.

Na primeira questão, sobre qualidade de vida de modo geral, houve uma variação de respostas entre ruim e boa, em que 3 indivíduos responderam “ruim” (43%), 2 responderam “nem ruim, nem boa” (29%) e 2 responderam “boa” (29%).

Os entrevistados relataram mudanças significativas para a melhoria da sua qualidade de vida após a Ala LGBT, levantando questões relacionadas à privacidade, ao descanso e ao sono, entre outras, visto que questões sobre respeito e/ou espaço na cela são prevalentes. Assim, X. e Y., quando questionadas se houve melhorias na qualidade de vida após a implantação dessa Ala, afirmaram:

Sim, bastante. Melhorou através já desse tipo de coisa, como já deixei explicado aqui. E por outro lado melhorou porque hoje eu posso dizer, eu posso entrar no banheiro e ficar a hora que eu quiser, o tempo que for preciso, que as outras que mora justamente na mesma ala não liga, não reclama, mas que também tem o seu momento de cada qual ter o seu momento (X.).

Assim, melhorou muito, muito mesmo... Em todos os sentidos. A gente se sente à vontade, né?... Eu me visto da maneira que eu gosto, com as roupas que eu gosto, minhas amigas também são assim, né?... Então assim, não existe aquele preconceito de você passar com uma saia e um falar (Y.).

O convívio dentro da Ala acarretou uma melhora significativa para a qualidade de vida desses indivíduos, levando em conta que esta se define a partir da satisfação individual no que tange às relações pessoais e do ambiente em que vivem (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). Pudemos perceber nos relatos e na observação de campo que houve um aumento na participação social dentro da Ala, como também uma melhoria nas condições físicas do ambiente, mudança de vestimentas, entre outros fatores considerados importantes pela população que convive na Ala LGBT.

Em resposta à segunda questão, que aborda a saúde em geral, a maior parte dos indivíduos apresentou-se satisfeita, com predominância de resposta em “satisfeito”, somando 4 (57%) respostas, tendo 1 (14%) resposta para “muito satisfeito” e 2 (29%) para “nem satisfeito, nem insatisfeito”, o que mostra que não houve, nas respostas, uma relação direta com a qualidade de vida, visto que alguns indivíduos julgaram-na ruim ou “mais ou menos”.

Domínio I – Físico

Neste domínio é avaliada a condição física dos indivíduos, levando em consideração dores, sequelas, entre outros fatores relacionados à saúde física, como a satisfação no repouso e no sono. Nele, obteve-se um percentual de 48% para “positivo”, 27% para “mais ou menos” e 25% para “negativo”.

Respostas positivas se sobressaíram às negativas, visto que nenhum detento apresentava limitações físicas, incapacidade e/ou inabilidade para realizar/fazer alguma atividade. No que concerne às respostas negativas e mais ou menos, que somadas dão um resultado expressivo, as justificativas eram relacionadas à falta de oportunidade de realizar atividades satisfatórias do dia a dia e à falta de oportunidades para o trabalho, como também ao déficit na qualidade do sono e repouso.

Em comparação com a rotina antes da Ala, os impedimentos dessas atividades estavam mais direcionados às questões psicológicas e ambientais do que às físicas.

Tipo assim, uma faxina a gente faz a hora que quer, um prato a gente lava a hora que quer, lá não. Lá tinha as hora certa pra lavar, se “num” lavasse eles queriam lhe agredir, entendeu? E aqui também a gente mesmo lava nossa roupa e lá não, eles queriam obrigar a gente a lavar as roupa deles (W.).

Hoje eu tenho o privilégio de trabalhar do jeito que eu gosto, como amo meu trabalho, como corto cabelo, como faço cavanhaque, coisas que num era direto que eu tinha isso no meio, num era direto esse privilégio que eu tinha de fazer minhas coisas à vontade (X.).

Para X., parte do trabalho era impossibilitada devido ao preconceito dos outros detentos, mostrando-se um descumprimento do Art. 83 da LEP de 1984, que determina: “O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva”.

Se eu ia fazer (a barba), vamos dizer que, em você, eles que “tava” olhando do outro lado dizia: “Oxente” um “veado” fazendo minha barba, fazendo a barba daquele outro, vai casar “mermo”? Esses tipo de coisa... Então, assim, pra mim era constrangimento e hoje por tá na ala feito pelo LGBT, hoje me sinto totalmente outra pessoa fora deles (X.).

Vale ressaltar que nenhum dos detentos residentes dessa Ala realiza atividades de trabalho formalmente designadas pelo presídio, ocorrendo práticas informais, como a anteriormente mencionada.

O convívio em um pavilhão comum restringia a possibilidade de gays, travestis e transexuais realizarem atividades como o trabalho fora da cela, geralmente relacionado à manutenção das atividades da instituição e independente de seu desejo e, muitas vezes, o trabalho dentro da cela era algo determinado à força, que ia contra a vontade desses indivíduos.

Então, assim, era difícil ir numa escola, trabalhar numa cozinha, não há oportunidade. O banho de sol é normal, tem que ter o normal, mas assim, oportunidade de ver uma escola é difícil, de trabalhar numa cozinha, numa faxina, numa “montilição¹” aqui dentro era um pouco difícil, né? (Y.).

Logo no começo, sim, já fui obrigada a lavar roupa, a lavar prato, fazer faxina à força e por também não querer fazer, já levei..., apanhei negócio de cinco, seis, sete mais ou menos em cima de mim,

¹ Expressão usada para construção, consertos e reparos.

batendo pra eu fazer aquela obrigação ali, sem eu mesmo querer, sem ter vontade de fazer, então assim tinha que ser do jeito que eles queria, então, se eu não seguisse a regra do jeito que eles queria poderia acontecer coisa muito mais além, pior, com a minha pessoa (X.).

Ferreira (2014), em seu estudo no Presídio Central de Porto Alegre, apresenta a relação dos indivíduos da Ala das Travestis antes de se mudarem para ela.

São as travestis, por exemplo, as responsáveis por lidas consideradas por eles femininas: cuidam da limpeza geral da galeria e das roupas dos seus companheiros; elas próprias precisam pensar em métodos de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST) [...], e são elas as responsáveis pela organização, distribuição e manutenção do alimento (FERREIRA, 2014, p. 107).

As travestis trazem uma identidade feminina submissa, “porque a ordem sexual que privilegia o masculino em detrimento do feminino apresenta essa dominação como algo natural, inevitável e necessário, fazendo com que a classe dominada aceite e internalize essa ordem” (BORRILLO, 2010 *apud* FERREIRA, 2014, p. 107).

Na décima sexta questão, referente à satisfação no sono e repouso, obteve-se 29% para “muito insatisfeito”, 29% para “insatisfeito” e 43% para “satisfeito”.

Aqui a gente dorme sozinha, cada uma tem a sua cama, lá não. Em um colchão de solteiro dormem dois, né? Então assim é muito ruim, não é bom sabe? O apertado lá é demais, “é muito homis”, não é pouquinho assim... Cinquenta... Setenta... Não, é mais de cem e você ali naquele, naquele moitinho², como se diz, né? (Y.).

“Insatisfeito” e “muito insatisfeito” somam 4 (58%) respostas, contra 3 (43%) de “satisfeitos”, podendo-se perceber durante a aplicação do questionário que os indivíduos que não tiveram experiências anteriores no sistema penitenciário relatavam não conseguir dormir bem, por pensarem muito no mundo fora do presídio e pela ansiedade que sentiam em viver ali

² Nome dado ao aglomerado de pessoas em um mesmo local.

dentro. Já os que foram remanejados para a Ala LGBT levavam em consideração as condições em que dormiam nos outros pavilhões e se sentiam satisfeitos nesse aspecto, como mostra Y. em sua fala.

Domínio II – Psicológico

No segundo domínio, em que são avaliadas as condições psicológicas relacionadas a autoimagem, autoestima, satisfação pessoal, entre outras, obteve-se um percentual de 40% para “positivo”, de 24% para “mais ou menos” e de 36% para “negativo”.

O domínio psicológico expõe um percentual equilibrado entre respostas positivas e negativas, apresentando também um número significativo de respostas mais ou menos, o que pode demonstrar certa indiferença/apatia no que concerne a esse domínio.

A possibilidade de usar cosméticos, qualquer roupa que desejem e de ter seus produtos de higiene pessoal, com o olhar da administração menos rigoroso em relação a esses aspectos, pode justificar o percentual apresentado em respostas mais positivas como nas questões 11 (Você é capaz de aceitar sua aparência física?) e 19 (Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?), o que pôde ser verificado nos relatos das entrevistadas.

Quando questionada se houve mudança na qualidade de vida de forma geral, Y. traz essa questão como uma das transformações que melhoraram sua vida:

Mudou, mudou bastante. Porque lá dentro quando a gente era misturada com eles a gente não tinha o que a gente tem hoje. Não deixava entrar roupa de mulher, essas coisa: creme, shampoo, tratamento de beleza, essas coisa, né? (Y.).

Porém, ainda existem restrições ao uso de certos utensílios que foram liberados após a criação da Ala LGBT, como:

Dia de visita, sexta-feira como amanhã. Como eu tô hoje dessa forma, amanhã eu não posso ficar dessa forma, amanhã tenho que tá vestida de bermuda, camisa e calçado normal, sandália normal. Não posso me vestir pra andar na visita como eu tô vestida aqui conversando com você, dando essa entrevista (X.).

Além de serem impedidas de usarem roupas femininas nos dias de visita, relatou-se que os produtos de beleza, dentre outros, estavam sendo barrados na entrada, o que causou uma insatisfação nas detentas e detentos da Ala LGBT. Uma delas reclamou a respeito, chegando a dizer que a Comissão de Direitos Humanos e o movimento LGBT as tinham esquecido lá e que não havia mais visitas para averiguar se essas normas estavam ou não sendo cumpridas pela penitenciária.

Além dessas questões que impossibilitam o uso de alguns materiais aos quais têm direito, o que já causa desconforto e uma sensação de abandono, outros pontos nos mostram o porquê dessa porcentagem de respostas negativas. Em questões relacionadas a sentimentos como mau humor, desespero, ansiedade e depressão, observou-se um percentual “negativo” elevado.

Nas questões 6 (Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?) e 26 (Com que frequência você tem sentimentos negativos “tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?”), percebeu-se que a predominância de respostas de cunho negativo deveu-se principalmente ao fato de estarem encarcerados, sendo que alguns detentos chegaram a declarar que não era possível a vida ter sentido dentro do presídio ou que depois da reclusão passaram a ter maior tempo de ócio, levando a pensamentos negativos.

A depressão pode desencadear-se a partir do meio e de aspectos sociais, levando também em conta alterações dos padrões de vida, problemas financeiros, relacionamentos problemáticos, ausência de parceiro, isolamento social e constantes ameaças à segurança, que podem alterar o quadro de percepção do indivíduo, associando-se à maior prevalência de depressão (JUSTO; CALIL, 2006; LIMA, 1999). Considerando-se que os detentos e detentas vivenciam condições de isolamento social, importantes alterações em seus modos de vida e constantes ameaças à sua integridade física e mental, e, somando-se a isso, a insatisfação com diversas das condições em que vivem, bem como a dificuldade de encontrar sentido para a vida, tem-se uma situação em que a saúde mental desses indivíduos encontra-se bastante vulnerável.

Na quinta pergunta (O quanto você aproveita a vida?), obteve-se um quantitativo de 43% para muito pouco, 43% para mais ou menos e 14% para bastante. Ao responderem “muito pouco”, os indivíduos relacionavam ao fato de estarem presos e não terem muitas atividades de lazer ou diversão a serem feitas dentro da penitenciária.

Domínio III – Relações pessoais

Nesse domínio, verificou-se um percentual de 33% para “positivo”, 43% para “mais ou menos” e 24% para “negativo”.

Esse domínio é constituído por apenas três perguntas que avaliam as relações interpessoais entre familiares, amigos e parceiros. Nas questões 20 (Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais - amigos, parentes, conhecidos, colegas?) e 22 (Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe dos seus amigos?), a resposta “mais ou menos” se sobressaiu às demais e a pergunta 21 (Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?) apresentou maior positividade nas respostas.

Apesar do número de respostas “mais ou menos” ter sido mais expressivo, os participantes relataram receber visitas de familiares e amigos; porém, o tema não foi aprofundado por eles, o que impossibilitou uma leitura mais detalhada da resposta. Já no que concerne à questão sobre a relação sexual, houve maior explanação do assunto, trazendo para discussão os relacionamentos amorosos.

Segundo Antunes e Gonçalves (2013):

A visita íntima é um instituto que permite ao preso manter algum contato com o mundo exterior, não deixando de ser responsabilizado por uma conduta cometida ilicitamente. Isso facilita o seu processo de reinserção na sociedade após cumprir sua pena, o que é de extrema importância para garantir que o mesmo não venha a cometer novos atos ilícitos, e que tenha compreendido o que fez anteriormente, e as consequências que isso acarretou (ANTUNES; GONÇALVES, p. 2).

Tanto nas entrevistas quanto na observação de campo, a necessidade de manter uma vida amorosa foi bastante explicitada e, durante o período da pesquisa, presenciaram-se paqueras através das grades, recados enviados pelo “catatau³” e até mesmo a apresentação do pesquisador aos namorados de algumas delas.

Algumas travestis relataram ter seus parceiros fora do presídio, mas que não podiam recebê-los na visita íntima. Segundo Z., o presídio permite a

³ Nome dado às mensagens/bilhetes enviados para comunicação entre os detentos.

visita somente de pessoas casadas e em união estável, não sendo permitida a realização da união estável dentro do presídio, impossibilitando as pessoas solteiras de receber visitas íntimas dentro do cárcere.

O direito à visita íntima se estende também às relações homoafetivas, sendo necessário o cadastro do parceiro no órgão penitenciário, segundo Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária no dia 4 de julho de 2011 (ANTUNES; GONÇALVES, 2013), o que não é cumprido no presídio do Roger.

Outros conseguem manter relações com seus parceiros de dentro do presídio e, quando é dia de visita, em que se abrem os pavilhões, existe a oportunidade de namorar e de ter relações sexuais. Depois da criação da Ala LGBT, esses encontros passaram a acontecer com maior frequência e privacidade.

Arrumei um namorado aqui no PB4, aí quando abre na sexta ele vem pra cá, a gente fica aqui tranquilo, de boa, ninguém fala, ninguém tem preconceito, a gente fica na maior tranquilidade. Coisas que eu não podia fazer lá embaixo (W.).

Eu tinha meu namorado, mas que não podia ficar à vontade ali no meio deles todos, porque ali, por o meu namorado ser da ala deles, ser homem como eles, eu não tinha o privilégio que hoje eu tenho na ala LGBT (X.).

No caso do Presídio Central de Porto Alegre, quando há interesse entre um homem e uma travesti, eles têm que se direcionar ao corredor para que todos os vejam se beijando. “O ato, comentou um dos detentos, é sempre visto como se fosse um circo” (GUADAGNIN, 2013, p. 7-8).

Em relação ao namoro na Ala LGBT do presídio do Roger, existiam regras a serem cumpridas, e quem não as cumprisse estaria suscetível a sofrer penalidades.

Lá dentro não poderia namorar porque tinha os dias, “num” era todos os dias, tinham as horas, tinham os momentos de ter os seus objetivos com aquela pessoa, então assim, vamos dizer, “hoje é quinta-feira”, amanhã é visita, hoje já não pode namorar, hoje não pode pegar namorando se

fosse na ala deles. Se fosse pego eu poderia me passar, como diz a linguagem do ladrão, por uma “timbalada⁴” (X.).

Ainda a respeito dos papeis e obrigações das travestis no presídio, Ferreira (2014) aponta uma consideração instigante que embasa a aplicação dessas regras acerca das relações sexuais dentro do presídio.

[...] são elas que, de modo geral, se responsabilizam pela manutenção da fidelidade do relacionamento (enquanto que os homens mostram-se mais desresponsabilizados a esse respeito, como se a “infidelidade” deles fosse, na maioria das vezes, “culpa” de algum comportamento delas) (FERREIRA, 2014, p. 106).

Além das dificuldades encontradas dentro das celas e dos pavilhões, existem aquelas impostas pela direção, como se observa na fala de X., apontando que a maior parte do preconceito e restrição aos relacionamentos vem da diretoria e dos agentes penitenciários.

O nosso pavilhão é aberto com o primeiro e a cozinha, não é aberto com o PB4, o PB4 é separado da ala LGBT. Querendo ou não, onde “nós tem nossos namorados” é o PB4, então onde nós já sabe o preconceito vem mais deles, eles impede isso aí.

Domínio IV – Meio Ambiente

Nesse domínio, obteve-se um percentual de 22% para “positivo”, 16% para “mais ou menos” e 62% para “negativo”.

Para tanto, foram abordadas questões relacionadas à estrutura do ambiente, fornecimento de informações, lazer, transporte, segurança e condição financeira. Em apenas duas questões, obteve-se um percentual significativamente mais elevado em respostas positivas, as quais questionavam o quão saudável é o ambiente físico e o quão satisfeito estava com esse ambiente, sendo que 58% dos sujeitos consideraram o ambiente saudável e 57% apresentaram satisfação com o local.

⁴ Corredor formado por vários homens, em que uma pessoa é obrigada a passar para ser surrado como forma de punição.

Alguns fatores possíveis que podem ter influenciado essas respostas dizem respeito ao fato de que agora, com a Ala LGBT, possuem maior privacidade, podendo dormir sozinhos em um colchão, passar maior tempo no banho, cozinhar a própria comida, dentre outros.

Cada quarto passou a ter um pouco da identidade, com cartas de familiares e amigos coladas na parede, recados dos que por ali já estiveram, enfeites e presentes de alguns namorados. A cela está sempre limpa e os colchões não são mais as “tiras de gato”, chamados assim devido à espessura muito fina, servindo, segundo Y., apenas para cobrir o chão.

As questões 13 (Quão disponíveis para você estão as informações de que precisa no seu dia a dia?), 14 (Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?) e 24 (Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?) apresentaram grande número de respostas negativas.

Em relação às informações necessárias para o dia a dia, muitos se queixavam da direção do presídio, que tomava algumas decisões que os envolviam de alguma forma, mas não lhes repassava essas informações, como também dos agentes penitenciários, os quais, muitas vezes, quando questionados, respondiam-lhes com ofensas.

Segunda-feira ele não abriu a grade para ir pra visita aí a gente chamou ele pra perguntar se ele não ia abrir, aí ele veio alterado dizendo: “Oxe, vocês querem 'tudim' dar o...” (W.).

Informações sobre audiências ou relacionadas a processos jurídicos também foram relatadas como um ponto negativo, visto que, durante a coleta, Y. estava à espera de seu julgamento e, por duas semanas consecutivas, teve sua audiência cancelada, mas ninguém lhe informou o motivo. Com X., essa comunicação falha lhe acarretou algo mais severo.

O oficial de justiça que veio trazer o alvará aqui na porta da outra cadeia que eu “tava” aqui não me explicou, eu como não tenho leitura, ele não me explicou que era pra eu comparecer ao Fórum com 24 hora. Então eu não liguei, só fiz dobrar o alvará e guardei (X.).

Durante as visitas, algumas detentas pediam para que falassem com advogados e o movimento LGBT porque elas estavam sem assistência jurídica e precisando de materiais de higiene pessoal, realçando-se o descumprimento da Seção II – Da Assistência Material e da Seção IV – Da Assistência Jurídica da

LEP, as quais estabelecem que as instituições forneçam materiais de higiene, alimentação, vestuário e que disponham gratuitamente de assistência jurídica dentro e fora dos presídios.

Problemas com alimentação, trabalho, saúde, ócio, educação, lotação, segurança, lazer, entre outros, aumentaram a partir do momento em que “pena” virou sinônimo de prisão no sistema penitenciário brasileiro (TEIXEIRA, 2004).

O banho de sol que eles não tã dando pra nós. Há banho de sol de lá pra cá, chega aqui abre só o último e se esquece de nós, nós chama e ele “num” vem abrir, eles dão “ouvido a mercador”, não vêm abrir, a gente deixa pra lá, tem dia de visita... A gente passa a semana toda trancado só abre um dia, que é na sexta-feira, que é dia de visita de família, aí é direito dele abrir, mas o resto da semana ela não abre pra um banho de sol. Na segunda que é visita não abre, entendeu? (W.).

Outro ponto passível de discussão é o lazer, já que quase 100% dos indivíduos relataram não ter atividades desse tipo e que nem todos os dias os portões são abertos para que ocorra o banho de sol, diminuindo ainda mais a escassa oferta de atividades, restringindo a convivência com outros detentos e aumentando a ociosidade. Nessa perspectiva, mesmo com tantas restrições, alguns detentos têm buscado construir maneiras melhores de habitar a instituição:

A gente tá presa, mas mesmo assim dá pra passar o tempo, como se diz aqui dentro, né?... A gente ri, a gente brinca, a gente chora, né?, então assim só... Graças a Deus eu me sinto bem, né?. Assim... Não muito bem, mas eu peço forças e ajuda a Ele, né?... cada dia da minha vida aqui dentro (Y.).

Segundo Teixeira (2004), a falta de uma rotina direcionada para o trabalho e educação, por exemplo, é ponto crucial para esse ócio dentro da prisão, fazendo com que os próprios detentos elaborem e criem uma gama de atividades com a finalidade de tentar fazer o tempo passar mais rápido.

Almeida e Gutierrez (2008) trazem dois pontos importantes para essa discussão, mostrando que o lazer acaba por parecer inviável para a população carcerária, tendo em vista que, ao contrapor trabalho para definir lazer ou como

ingrediente fundamental para que haja o lazer, o interno, por não trabalhar, não tem direito ao lazer. Assim, as atividades realizadas no presídio passam a ter um sentido de recreação ou terapêutico, não caracterizando, portanto, lazer.

Por mais que hoje exista uma possibilidade maior de essa população trabalhar, conforme abordado anteriormente na discussão, por outro lado, as detentas tomam como ponto negativo da Ala LGBT a questão da redução do banho de sol como oportunidade de lazer, relatando que quando estavam no pavilhão junto com os outros detentos atividades como essa eram mais constantes.

Também há relatos de insatisfação com a assistência à saúde, visto que o problema apresentado não se refere ao atendimento médico em si, e, sim, à possibilidade de acesso ao atendimento, pois, assim como no banho de sol, as grades permanecem fechadas quando alguém precisa de um atendimento médico ou odontológico.

No primeiro dia de coleta, formou-se uma roda com os internos da Ala e tivemos uma conversa sobre a pesquisa, o que foi também um momento em que todos aproveitaram para falar um pouco sobre como viviam. Nesse dia, duas travestis estavam um pouco inquietas e uma delas disse que precisavam ir ao médico, mas que não iriam conseguir, pois os agentes não abriam a cela, e que a única oportunidade que elas tinham de ir ao médico ou dentista era quando aparecia alguém para fazer algo na cela e eles abriam o portão.

Considerações finais

O sistema penitenciário brasileiro é caracterizado por precariedades em suas instalações, em que a falta de assistência à saúde, a superlotação e a violência são marcantes. Os sujeitos privados de liberdade vivem em condições subumanas, sem espaço sequer para dormir, observando-se também a falta de ocupação e/ou atividades que visem a um processo satisfatório de reintegração do indivíduo à sociedade.

A população LGBT dentro desse contexto tem seu histórico marcado por violências, abusos e violações de direitos; é constante o preconceito sofrido, sendo duplamente categorizado, pois, além do *status* de “marginais”, esses sujeitos fogem dos padrões heteronormativos impostos pela sociedade, como no caso das travestis, que são condenadas pela sua identidade de gênero.

O objetivo deste trabalho foi o de identificar aspectos da qualidade de vida da população LGBT na Penitenciária Desemb. Flósculo da Nóbrega,

comparando as condições de vida antes e após a implantação da Ala LGBT, compreendendo a relação dos demais detentos com esses sujeitos e investigando se existiam atividades que visassem à reintegração e quais seriam elas.

As atividades diárias agora são desempenhadas de forma mais confortável, não existindo mais a pressão e os abusos que as(os) forçavam a trabalhar para terceiros. Entretanto, as atividades formais de trabalho não são desempenhadas por nenhum/nenhuma dos(as) detentos(as) da Ala e alguns confortos trazidos devem-se ao número ainda pequeno de indivíduos que ocupam o local e às suas iniciativas particulares de cuidar do espaço onde habitam, não se caracterizando como uma política ou preocupação institucional.

A possibilidade de lazer foi reduzida a praticamente zero, já que as maiores queixas são a respeito do banho de sol, que costumava ser a única atividade de lazer e vem sendo cortada do seu quadro de atividades. Esse impedimento de sair da cela dificulta a manutenção da saúde dos detentos, que não podem sequer ir a um atendimento médico ou odontológico, exceto nos dias em que há atividades que tornem necessário abrir o portão da Ala.

As relações pessoais e os cuidados com a aparência física contribuíram significativamente para a melhora na qualidade de vida dos detentos. Os direitos conquistados com a constituição da Ala deram um suporte maior à autoestima e à privacidade, possibilitando uma maior satisfação consigo mesmos e aumentando as oportunidades de viverem experiências amorosas dentro do cárcere, ainda que de forma restrita.

Por fim, pôde-se perceber que a qualidade de vida desses indivíduos ainda se apresenta negativa e que, de modo geral, os benefícios trazidos foram importantes, porém restritos no que concerne a possibilidades efetivas de ressocialização. Nos dados levantados pelo questionário, as questões negativas se sobressaem; em suas falas, no entanto, podemos notar a satisfação com a mudança para uma Ala LGBT, com ganhos significativos em sua qualidade de vida – sempre relativa em um presídio brasileiro –, ao mesmo tempo que visualizamos a necessidade da existência de outras possibilidades de sociabilidade, lazer e trabalho, o que diz respeito, por sua vez, a situações e problemáticas existentes em todo o sistema carcerário brasileiro. Para além da população LGBT, fazem-se necessárias a reflexão e a implementação de intervenções que se dediquem à melhoria da qualidade de todas as vidas dentro dos presídios, nesse contexto extremamente frágil e conflituoso que é o sistema carcerário brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Marco Bettine; GUTIERREZ, Gustavo. Cultura e lazer: uma aproximação habermasiana. *Lua Nova*, v. 74, 2008. p. 93-138. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000200005>> . Acesso em: 20 jan. 2015.

ANTUNES, Carla Beatris Corrêa Ramos; GONÇALVES, Vinícius Abdala. O direito à visita íntima para casais homoafetivos no sistema penitenciário brasileiro. *Revista FACIDER*, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://seicesucol.edu.br/revista/index.php/facider/article/view/27>> . Acesso em: 23 jan. 2015.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 de abril de 2014a. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2014/04/17>> . Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Governo do Estado da Paraíba. *Ala LGBT do Presídio do Róger recebe visita de militantes dos direitos humanos*. 31 de janeiro de 2014b. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/83894/ala-lgbt-do-presidio-do-roger-recebe-visita-de-militantes-dos-direitos-humanos.html>> . Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público brasileiro sobre o sistema prisional brasileiro*. Brasília: CNMP, 2013a. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/sistema-prisional.pdf>> . Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Relatório de Visita e Fiscalização*. Paraíba. Junho de 2013b. Disponível em: <http://www2.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Noticias/2013/Arquivos/Relat%C3%B3rio_Para%C3%ADba.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Lei de Execução Penal (1984). *Lei de Execução Penal*: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. (Série Legislação; n. 11). ISBN 978-85-736-5498-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário*. 1. ed. 2004. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2014.

CARVALHO, Maria Eulina; ANDRADE, Fernando; MENEZES, Cristiane. *Equidade de*

gênero e diversidade sexual na escola: por uma prática pedagógica inclusiva. Projeto Iguais porque Diferentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

COSTA, Ronaldo Pamplona. *Os 11 Sexos*. São Paulo: Gente, 1994.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere*. 2014. 144p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5660/1/000454061-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis*, Brasília, n. 27, p. 99-117, jan./jun. 2014.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2000.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONSECA, Myke. *Conheçam a Ala LGBT do Presídio do Róger na Paraíba*. João Pessoa: A Liga Gay, 30 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://aligagay.com.br/ala-lgbt/>>. Acesso em: 18 jun. 2015

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas em Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUADAGNIN, Renata. Ensaio sobre os ruídos balbuciados na rigidez da sombra: a ala das travestis do Presídio Central de Porto Alegre. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS CRIMINAIS. 2013, Rio Grande do Sul. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2013. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/59.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

JUSTO, Luís Pereira; CALIL, Helena Maria. (2006). *Depressão: o mesmo acometimento para homens e mulheres?*. Revista psiquiatria indivíduo, 33(2), 74-79, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n2/a07v33n2>> Acesso em: 8 abril 2016.

LOURO, Guacira. Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis. Vozes, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000, p. 7-18.

PAULINO, Layla Raissa Ramalho *et al.* Abordando a homossexualidade no sistema prisional brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, Salvador, 2012. *Anais...* Volume 1. Salvador: UFBA, 2012.

PEDROSO, Bruno *et al.* Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 31-36, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/687/505>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SILVA, Diego Patrick; COSTA, Nicole Gonçalves; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Sistema Prisional, Identidade de Gênero e Travestilidades em Belo Horizonte. In: ENCONTRO DA ANDHEP – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 8. 2014. São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2014, p. 2-15. Disponível em: <http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397574844_ARQUIVO_artigoandhep2.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

SILVEIRA, Esalba Maria. *De tudo fica um pouco*: a construção social da identidade do transexual. 2006. 302 p. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TEIXEIRA, Rodrigo Moraes. *Sistema penitenciário*: aspectos positivos e negativos. São Paulo: Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Faculdade de Direito Presidente Prudente, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/254>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

TORRES, Marco Antonio. Orientação sexual e identidade de gênero. Enfrentamentos possíveis à homofobia: orientação sexual e identidade de gênero no contexto da educação. In: JOCA, Alexandre Martins; TORRES, Marco Antonio; REIDEL, Marina. *Educação e Diversidade Sexual*, ano XXI Boletim 04. maio 2011.

WEBER, Florence. Entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200007>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

